RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 082/2007

O Egrégio TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA TERCEIRA REGIÃO, em Sessão Administrativa hoje realizada, sob a Presidência de Sua Excelência a Senhora Juíza ANA CLARA DE JESUS MAROJA NÓBREGA, com a presença do Representante da Procuradoria Regional do Trabalho, na pessoa de Sua Excelência o Senhor Procurador RILDO ALBUQUERQUE MOUSINHO DE BRITO, presentes Suas Excelências os Senhores Juízes EDVALDO DE ANDRADE. VICENTE VANDERLEI NOGUEIRA DE BRITO, ANA MARIA FERREIRA MADRUGA, FRANCISCO DE ASSIS CARVALHO E SILVA, AFRÂNIO NEVES DE MELO. PAULO AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS FILHO e CARLOS COELHO DE MIRANDA FREIRE, apreciando o Proc. TRT NU 02020.2006.000.13.00-8,

CONSIDERANDO que a Emenda Constitucional nº 45/2005 ampliou sensivelmente a competência material da Justiça do Trabalho, aumentando a demanda processual bem como a complexidade das matérias a serem apreciadas, inclusive pelos órgãos de Segunda Instância, impondo a adoção de medidas que visem simplificar a rotina nas sessões de julgamento, a fim de imprimir maior celeridade na entrega da prestação jurisdicional;

CONSIDERANDO o disposto no art. 96, I, "a", da Constituição Federal, que atribui aos Tribunais competência privativa para elaborar seus regimentos internos, com observância das normas processuais e das garantias processuais das partes, dispondo sobre a competência e o funcionamento dos respectivos órgãos jurisdicionais e administrativos;

CONSIDERANDO o entendimento esposado pelo Supremo Tribunal Federal, nos autos da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 410-7 - SC, no sentido de que os Tribunais, por meio de seus regimentos internos, podem dividir-se em turmas, seções ou câmaras, se esta iniciativa se mostrar conveniente ao seu bom funcionamento;

CONSIDERANDO que o fracionamento em turmas tem dado maior celeridade aos julgamentos nos tribunais, com significativo ganho de produtividade, o que vem beneficiar milhares de jurisdicionados;

CONSIDERANDO a autorização do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, manifestada no Acórdão nº CSJT-30 4/2006-000-90-00.0, fl. 92/95, para divisão deste Tribunal em Turmas de 3 Juízes;

CONSIDERANDO, ainda, que essa divisão não trará aumento de despesa pública, visto

que a nova estrutura não exigirá ampliação do quadro de pessoal,

RESOLVEU, por unanimidade de votos:

I - Criar, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, duas Turmas, compostas cada uma por três Juízes;

II - Alterar parcialmente o Regimento Interno do Tribunal, nos seguintes termos:

Art. 1º. O § 1º do art. 3º passa a ter a seguinte redação:

"§ 1º As Varas do Trabalho têm sede, número e jurisdição fixados em lei e estão administrativamente subordinadas ao Tribunal, que poderá, nos termos da lei, mediante ato próprio, alterar e estabelecer a jurisdição das Varas do Trabalho, bem como transferir-lhes a sede de um Município para outro, de acordo com a necessidade de agilização da prestação jurisdicional trabalhista."

Art. 2º. Os incisos I a IV do artigo 5º passam a ter a seguinte redação:

I - o Plenário;

II - as Turmas;

III - a Presidência; e

IV - a Corregedoria."

Art. 3º. O artigo 7º, caput e § 1º, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 7º.

Ao Tribunal cabe o tratamento de "Egrégio Tribunal", às Turmas, o de "Colenda Turma", e aos respectivos membros, o de "Excelência".

§ 1º Os Juízes usarão, nas sessões do Tribunal Pleno e das Turmas, as vestes talares, na forma e modelo aprovados."

Art. 4º. Ao artigo 8º são acrescentados os §§ 1º, 2º, 3º e 4º modificando-se o caput, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º

O Tribunal, para o exercício de suas atribuições, funcionará em sua composição plena ou em Turmas, na forma da lei e das disposições regimentais.

§ 1º O Tribunal Pleno deverá funcionar com a presença de, pelo menos, seis Juízes, entre os quais o Presidente.

§ 2º Cada uma das Turmas funcionará com o quorum de três Juízes, devendo pelo

menos dois deles ser membros efetivos do Tribunal, podendo, excepcionalmente, esse número ser reduzido para um.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, serão sucessivamente convocados o Juiz Vice-Presidente e o Juiz componente de outra Turma.

§ 4º Na ocorrência de vacância, ausência, suspeição ou impedimento do Presidente da Turma, assumirá o Juiz mais antigo.

Art. 5º. Ficam inseridos os art. 8º-A, 8º-B, 8º-C e 8º-D, com a seguinte redação

"8º-A

As turmas, em número de duas, serão compostas, cada uma, por três juízes, sob a presidência dos dois juízes efetivos eleitos, obedecida a ordem de antigüidade, dentre os não-ocupantes de cargos de direção, escolhidos, preferencialmente, na sessão plenária de eleição para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Tribunal.

§ 1º A composição inicial das turmas dar-se-á segundo a antigüidade, de forma que o Juiz mais antigo ocupe a Primeira Turma e o próximo, na antigüidade, a Segunda, adotando-se esse mesmo critério para escolha dos demais membros da Turma, sucessivamente, e de forma alternada.

§ 2º A requerimento dos interessados, o Tribunal Pleno poderá deferir a transferência de membros entre as Turmas, mediante remoção ou permuta.

§ 3º Em caso de afastamento, por qualquer motivo, de membro do Tribunal, aquele que for convocado, nomeado ou promovido para a respectiva vaga integrará a Turma em que se encontrava o Juiz afastado, ou ocupará a vaga que decorrer de remoção ou permuta.

Art. 8º-B

Nos casos de ausências por período de até trinta dias, impedimento ou suspeição de membros de uma Turma, será convocado Juiz de outra Turma para participar da sessão de julgamento, ou Juiz Titular de Vara do Trabalho da sede do Tribunal, nos termos deste Regimento Interno.

Art. 8º-C

Nas convocações para período de até trinta dias, o Juiz, mesmo o convocado participará da distribuição como relator de recursos ordinários em procedimento sumaríssimo.

Art. 8º-D

Nas convocações superiores a trinta dias, o Juiz convocado participará da distribuição como relator de todos os processos de competência da Turma."

Art. 6º. O caput do art. 10 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 10.

Ressalvada a hipótese do § 2º deste artigo, os Juízes tomarão posse perante o Tribunal Pleno, reunido em número legal, e prestarão o compromisso de desempenhar com retidão as funções do cargo, cumprindo a Constituição e as leis, lavrando-se o termo de posse em livro próprio, subscrito pelo empossado, pelo Presidente, pelo Secretário do Tribunal Pleno, pelo Ministério Público e pelos demais Juízes da Corte presentes ao ato."

Art. 7º. O caput do art. 11 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 11

Não poderão ter assento, simultaneamente, no Tribunal ou nas Turmas, parentes consangüíneos ou afins, na linha ascendente ou descendente, e na colateral, até o terceiro grau."

Art. 8º. O caput do art. 13 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 13

As decisões do Tribunal e das Turmas tomar-se-ão pelo voto da maioria simples dos Juízes presentes, observado o quorum regimental, salvo quanto às matérias ordinárias ou administrativas em que seja exigida a maioria absoluta."

Art. 9º. O Capítulo IV do Título I passa a vigorar com a designação "DAS ATRIBUIÇÕES DO TRIBUNAL PLENO E DAS TURMAS", sendo acrescentadas as alíneas "o" e "p" ao inciso I do artigo 20, modificada a redação das alíneas "g" do inciso I e "d" do inciso II, além de revogar as alíneas "a" e "b" do inciso II, passando a constar a seguinte redação:

"CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DO TRIBUNAL PLENO E DAS TURMAS

Art. 20.

Compete ao Tribunal Pleno:

I - Originariamente

(...)

g) processar e julgar as medidas cautelares, as medidas disciplinares, os processos não especificados e as matérias administrativas, nas hipóteses legais ou previstas neste Regimento e que digam respeito a processos de sua competência;

...

o) processar e julgar as argüições de inconstitucionalidade de lei ou de ato do Poder Público, quando opostas em processos de sua competência ou das Turmas;

p) julgar os incidentes de uniformização de jurisprudência."

"II - por via recursal:

a) REVOGADO

b) REVOGADO

c) (...)

d) julgar os agravos interpostos contra decisões monocráticas dos Juízes relatores ou do Presidente, nos feitos de sua competência."

Art. 10. O caput do art. 21 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 21.

Compete, ainda, ao Tribunal Pleno:"

Art. 11. Fica inserido o art. 21-A, com a seguinte redação:

"Art. 21-A.

Compete às Turmas

I - processar e julgar, originariamente:

a) as habilitações incidentes e argüições de falsidade nos processos pendentes de sua decisão;

b) medidas cautelares nos processos de sua competência;

c) restauração de autos, quando se tratar de processos de sua competência;

d) as argüições de suspeição e impedimento de seus Juízes nos feitos de sua competência.

II - julgar, em grau de recurso:

a) os recursos ordinários previstos no art. 895, alínea "a" e § 1º da CLT;

- b) os agravos de instrumento;
- c) os agravos de petição;
- d) os agravos regimentais de processos de sua competência;
- e) as remessas necessárias;
- f) os embargos de declaração opostos aos seus acórdãos;

III - fiscalizar o cumprimento de suas próprias decisões;

IV - declarar a nulidade de atos praticados com infração as suas próprias decisões;

V - impor multas e demais penalidades relativas a atos de sua competência jurisdicional;

VI - promover, por proposta de qualquer de seus membros, a remessa de processos ao Tribunal Pleno, quando se tratar de matéria da competência deste;

VII - dar ciência às autoridades competentes de fato que possa configurar crime de ação pública;

VIII - dar ciência à Corregedoria Regional de atos considerados atentatórios à boa ordem processual;

IX - determinar às Varas do Trabalho e aos Juízes a realização dos atos processuais e diligências necessárias ao julgamento dos feitos sob sua apreciação;

X - requisitar às autoridades competentes as diligências necessárias ao esclarecimento dos feitos sob apreciação, representando contra aquelas que não atenderem a tais requisições;

XI - exercer, em geral, no interesse da Justiça do Trabalho, as demais atribuições que decorram de sua jurisdição."

Art. 12. Revoga-se o inciso V do art. 22 e dá-se nova redação aos incisos IV, VII, X, XI, XIV, XVI, XXVIII e à alínea "a" do inciso XVIII, desse mesmo artigo, os quais passam a ter as seguintes redações:

Art. 22

(...)

"IV - manter a ordem nas sessões e audiências, ordenando a retirada dos que as perturbarem, determinando a prisão dos infratores, com a lavratura do respectivo auto;

V - REVOGADO

VII - despachar os recursos interpostos das suas decisões, do Tribunal, ou das Turmas negando-lhes ou admitindo-lhes seguimento, com a devida fundamentação;

(...)

X - conceder vista às partes, homologar, nos dissídios individuais em tramitação no Tribunal, desistências de recursos, acordos celebrados e quaisquer outros atos nos processos de competência do Tribunal, antes da distribuição dos feitos, ou após o julgamento;

XI - conceder vista às partes e homologar as desistências nos dissídios coletivos, apresentadas antes da distribuição ou após o julgamento do feito;

(...)

XIV - expedir ordens, diligências e providências relativas a processos de sua competência, desde que não dependam de acórdãos e não sejam de competência privativa dos Juízes relatores;

(...)

XVI - velar pelo bom funcionamento do Tribunal, das Turmas e dos órgãos que lhe são subordinados, expedir provimentos, recomendações, atos, ordens de serviço, portarias e adotar outras providências que entender necessárias;

(...)

XVIII - prover, na forma da lei, os cargos e as funções comissionadas do quadro de pessoal do Tribunal, observando quanto aos cargos e funções diretamente ligados aos seus membros efetivos e aos Juízes titulares das Varas a indicação respectiva;

a) Os cargos em comissão de Secretário do Tribunal Pleno, Assessor de Juiz e de Diretor de Secretaria de Vara do Trabalho são exclusivos de bacharéis em Direito;

(...)

XXVIII - organizar o seu gabinete e demais serviços auxiliares, respeitados os atos de competência privativa do Plenário do Tribunal e das Turmas."

Art. 13. Fica inserido o art. 22-A, com a seguinte redação:

"Art. 22-A

Compete aos Presidentes de Turmas:

I - aprovar as pautas de julgamento elaboradas pelo Secretário;

II - dirigir, ordenar e presidir as sessões da Turma, propondo e submetendo as questões a julgamento;

III - proferir voto, apurar os emitidos e proclamar as decisões;

IV - relatar e revisar os processos que lhe forem distribuídos;

V - assinar a ata da sessão e despachar expedientes em geral, orientando e fiscalizando as tarefas administrativas da Turma, vinculadas às atribuições judiciárias respectivas;

VI - supervisionar os trabalhos da Secretaria referentes à Turma;

VII - convocar as sessões extraordinárias da Turma;

VIII - designar dia e hora das sessões ordinárias e extraordinárias da Turma;

IX - manter a ordem e o decoro nas sessões, ordenando a retirada dos que as perturbarem, determinando a prisão dos infratores, com a lavratura do respectivo auto;

X - convocar Juiz do Tribunal ou de Primeira Instância para integrar o órgão que preside, a fim de compor quorum;

XI - cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento."

Art. 14. Fica inserido o inciso IV ao artigo 23, com a seguinte redação:

"Art. 23.

(...)

IV - designar e presidir as audiências de conciliação e instrução dos dissídios coletivos, podendo delegar estas atribuições a Juiz de primeira instância, quando ocorrerem fora da sede da Região, na forma do artigo 866 da Consolidação das Leis do Trabalho."

Art. 15. O caput do artigo 24 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 24.

O Vice-Presidente receberá, unicamente, distribuição de processos de competência do Tribunal Pleno..

Art. 16. O parágrafo 1º do art. 27 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º Não poderá o Tribunal Pleno funcionar com mais de três Juízes convocados."

Art. 17. O art. 32 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 32.

Os processos submetidos à apreciação do Tribunal ou das Turmas serão previamente

enviados ao Ministério Público do Trabalho, salvo aqueles expressamente excluídos por disposição legal ou regimental."

Art. 18. Ao artigo 33 são acrescidos os incisos I e II e os §§ 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10º, modificando-se a redação do caput e do § 3º, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 33.

Não sendo o caso de remessa ao Ministério Público do Trabalho, a distribuição dos processos a uma das Turmas, por parte da Secretaria do Tribunal Pleno, será imediata, no primeiro dia útil de cada semana, observada a ordem de antigüidade e mediante sorteio em cada classe processual.

I - A Secretaria procederá no mesmo dia de recebimento dos autos da Secretaria do Tribunal Pleno à respectiva distribuição a um de seus integrantes, que se vinculará ao processo com a aposição do visto, exceto nas hipóteses legais;

II - O procedimento de distribuição observará o disposto no art. 548 do Código de Processo Civil.

(...)

§ 3º Declarando o Juiz sorteado relator o seu impedimento ou averbando-se suspeito, serão os autos redistribuídos, pela Secretaria do Tribunal Pleno ou da Turma, nos casos das respectivas competências, sendo observada a oportuna compensação; alegando suspeição ou impedimento o Juiz revisor, passará automaticamente o feito àquele que se lhe seguir na ordem de antigüidade

§ 4º Na hipótese de afastamento temporário do titular por período superior a 30 (trinta) dias, observado o disposto no artigo 27, § 3º, os processos passarão automaticamente à competência do Juiz Convocado que o substituir, ressalvados aqueles que já tenham recebido visto. Finda a convocação, os feitos submetidos ao convocado serão conclusos ao Juiz substituído.

§ 5º No caso de provimento de agravo de instrumento, destrancado o recurso, será seu relator o mesmo do agravo ou, vencido este, o Juiz designado para redigir o acórdão.

§ 6º Igualmente será o relator da ação principal aquele que tiver funcionado como relator da medida cautelar.

§ 7º As ações conexas ou continentes serão distribuídas ao mesmo relator.

§ 8º No caso de afastamento definitivo do Juiz, todos os processos serão passados ao convocado para ocupar a vaga e, sucessivamente, ao novo titular.

§ 9º Os embargos de declaração e os agravos regimentais serão conclusos ao redator da decisão impugnada ou, no caso de afastamento, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 10 Vencido o relator, estará prevento o Juiz designado para lavrar o acórdão."

Art. 19. O art. 35 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 35.

Em qualquer caso, afastando-se o Juiz por período superior a 30 (trinta) dias, os feitos a ele distribuídos, ou a que de qualquer forma esteja vinculado, serão, a seu critério, devolvidos e redistribuídos pela Secretaria do Tribunal Pleno ou pela Secretaria da Turma, mediante compensação, que será em parcelas iguais, nas primeiras distribuições após o seu retorno, ressalvadas as hipóteses previstas no artigo 116 da Lei Complementar nº 35/79."

Art. 20. Fica revogado o art. 37.

Art. 21. Ao artigo 39 são acrescidos os §§ 1º, 2º, revogando-se o parágrafo único e modificando-se o caput, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39.

Nos processos submetidos ao Tribunal, salvo as exceções previstas em lei e neste Regimento, haverá sempre um relator e um revisor.

§ 1º Nos processos submetidos ao Tribunal Pleno, o Revisor será o segundo Juiz que seguir ao Relator na ordem de antigüidade, tendo o penúltimo e o último Juízes na ordem de antigüidade por revisores, respectivamente, o primeiro e o segundo Juízes mais antigos.

§ 2º Nos processos de competência das Turmas, o juiz Revisor será sempre o juiz mais antigo seguinte ao Relator, no âmbito da Turma, tendo o último juiz na ordem de antigüidade por revisor, o juiz de maior antigüidade.

Art. 22. O art. 41 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 41.

Aposto o visto do relator, os autos serão encaminhados ao revisor, devendo essa tramitação ficar registrada na secretaria do Tribunal Pleno, ou da Turma, quando for o caso."

Art. 23. O art. 42 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 42.

Devolvidos pelo revisor, com o seu visto, ou pelo relator nas hipóteses do artigo seguinte, serão os processos incluídos na pauta de julgamento, pela respectiva secretaria."

Art. 24. Os incisos VIII e IX do art. 44 passam a vigorar com a seguinte redação:

"VIII - praticar os demais atos atinentes ao processo, que não sejam de competência privativa do Tribunal Pleno, da Turma ou dos respectivos Presidentes;

IX - redigir o acórdão e apresentá-lo devidamente assinado à Secretaria do Tribunal Pleno ou da Turma, conforme o caso, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data em que lhe forem conclusos os autos com certidão de julgamento."

Art. 25. Insere-se o § 8º ao art. 46 e modifica-se a redação do caput e parágrafos 1º, 2º e 6º, que passam a ter a seguinte redação:

"Art. 46.

A pauta de julgamento será elaborada pela Secretaria do Tribunal ou da Turma, vedada a inclusão de processos de que não constem os vistos dos Juízes relator e revisor ou, quando for o caso, apenas do relator.

§ 1º A elaboração da pauta observará a ordem de entrada dos processos na Secretaria.

§ 2º A pauta será publicada no Diário da Justiça do Estado da Paraíba e afixada no quadro de editais do Tribunal até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da sessão, e conterá a procedência, a classe e o número do processo, bem como os nomes das partes e de pelo menos um de seus respectivos procuradores.

(...)

§ 6º Uma vez incluído na pauta, não poderá o processo ser retirado da Secretaria do Tribunal, salvo pelo Juiz relator ou pelo revisor.

(...)

§ 8º O Relator e o Revisor disponibilizarão, por meio dos serviços de informática de acesso reservado, quarenta e oito horas do início da sessão, apenas para os demais integrantes do Tribunal Pleno ou da Turma, minuta de voto de cada processo a ser levado a julgamento."

Art. 26. O Capítulo V do Título II passa a vigorar com a designação " DAS SESSÕES

DO TRIBUNAL PLENO E DAS TURMAS", modificando o caput do art. 48 e inserindo o Parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 48.

Nas sessões do Tribunal Pleno e das Turmas, o Presidente tem assento na parte central da mesa do julgamento, ficando o representante do Ministério Público à sua direita. O Juiz Vice-presidente ocupará, por ocasião das sessões do Tribunal Pleno, a primeira cadeira da bancada à direita do Presidente e o Juiz mais antigo a primeira à esquerda. Os demais Juízes ocuparão, alternadamente, obedecida a ordem de antigüidade, os assentos laterais, a começar pela direita, sendo essa a ordem observada para a votação das matérias submetidas à apreciação do Tribunal.

Parágrafo Único: O Secretário das Turmas será o mesmo do Tribunal Pleno."

Art. 27. Altera o caput do art. 49, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 49.

As sessões ordinárias serão realizadas nos locais, nas datas e horários previamente fixados na pauta de julgamento, que poderão ser alteradas, a critério do Tribunal ou da Turma, respeitado o prazo estabelecido no § 1º do artigo 552 do Código de Processo Civil."

Art. 28. O art. 52 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 52.

Todas as sessões do Tribunal e das Turmas serão públicas, e fundamentadas todas as decisões, somente podendo se tornar secretas nas hipóteses previstas em lei, limitando-se a presença às partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação."

Art. 29. O art. 53 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 53.

Nas sessões do Tribunal e das Turmas, o Procurador Regional ou o seu substituto gozará do mesmo tratamento dispensado aos Juízes."

Art. 30. O caput do art. 55 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 55.

Nas sessões do Tribunal e das Turmas, os trabalhos obedecerão à seguinte ordem:"

Art. 31. O art. 67 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 67.

As questões prejudiciais ou preliminares serão apreciadas antes do mérito e com prejuízo deste quando acolhidas, facultado ao Tribunal ou à Turma converter o julgamento em diligência, se for o caso, em prazo que for determinado."

Art. 32. O § 8º do art. 69 passa a ter a seguinte redação:

"§ 8º Na hipótese do parágrafo anterior, o novo relator ou revisor, uma vez em condições de proferir seu voto, fá-lo-á na primeira sessão, independentemente da pauta, mantidos os votos já proferidos, à exceção daquele do Juiz substituído."

Art. 33. O caput do art. 70 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 70.

A sustentação oral depende de prévia inscrição na secretaria do Tribunal Pleno ou da Turma, mediante assinatura em livro próprio, sendo admitida a partir da publicação da pauta na imprensa oficial até o início da sessão de julgamento."

Art. 34. O § 2º do art. 72 passa a ter a seguinte redação:

"§ 2º Do resultado da decisão será lavrada certidão, que deverá ser anexada aos autos, pelo Secretário do Tribunal Pleno ou das Turmas, dentro de 48 (quarenta e oito) horas."

Art. 35. O caput do art. 73 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 73.

As atas de sessões serão lavradas pelo Secretário do Tribunal ou da Turma, devendo conter:"

Art. 36. O art. 74 passa a vigorar com a seguinte redação

"Art. 74.

As audiências para a instrução dos processos realizar-se-ão em dia e hora designados pelo Juiz instrutor, e serão públicas, a elas devendo estar presente, com antecedência, o Secretário do Tribunal Pleno ou da Turma."

Art. 37. O art. 75 passa a ter a seguinte redação

"Art. 75.

O respectivo Secretário mencionará, em ata, os nomes das partes e advogados presentes, as citações, intimações, requerimentos e os demais atos e ocorrências."

Art. 38. O § 1º do art. 84 passa a vigorar com a seguinte redação

"§ 1º A republicação do acórdão somente será feita na ocorrência de erro evidente e por determinação da Presidência do Tribunal ou da Turma, conforme o caso"

Art. 39. O art. 85 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 85.

A uniformização da jurisprudência do Tribunal, mediante interpretação do direito sobre o qual exista notória divergência na Corte, será realizada de acordo com o procedimento previsto nos art. 476 a 479, do Código de Processo Civil e art. 192 a 199 deste Regimento Interno."

Art. 40. Altera o art. 86, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 86.

Quando o incidente for suscitado pelo Juiz, ao proferir voto em julgamento, o Presidente do Tribunal ou da Turma o registrará, em separado, na ata da sessão, remetendo a matéria à Comissão de Jurisprudência, em expediente próprio, que conterá os elementos necessários à compreensão da proposta."

Art. 41. O inciso II do art. 88 passa a ter a seguinte redação:

"II - em julgamento anterior, a questão constitucional houver sido decidida por mais de dois terços dos membros efetivos do Tribunal Pleno."

Art. 42. O art. 89 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 89.

A declaração de inconstitucionalidade somente se fará mediante o voto favorável da maioria absoluta dos membros do Tribunal Pleno, observado o disposto no § 1º do art. 27 deste Regimento."

Art. 43. O caput do art. 96 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 96.

Serão julgados pelo Tribunal Pleno, originariamente, os mandados de segurança impetrados contra atos de autoridades judiciárias e administrativas da 13ª Região, bem como contra atos do próprio Tribunal e de seus órgãos."

Art. 44. O art. 105 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 105.

Ao Tribunal Pleno caberá processar e julgar os habeas corpus impetrados contra atos dos seus Juízes, assim como dos Juízes que atuam nas Varas do Trabalho de sua jurisdição."

Art. 45. O art. 115 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 115.

Será processada no Tribunal Pleno a restauração dos processos de sua competência, se o desaparecimento nele tiver ocorrido, ficando as turmas, na mesma hipótese, com idêntica incumbência."

Art. 46. O caput do art. 116 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 116.

A restauração de autos far-se-á mediante petição ao Presidente do Tribunal ou da Turma, conforme o caso, que a distribuirá, sempre que possível, ao Juiz que funcionou como relator no processo desaparecido."

Art. 47. O art. 117 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 117.

No processo de restauração observar-se-á o previsto nos artigos 1.063 a 1.069 do Código de Processo Civil, competindo ao Juiz Relator assinar o auto de restauração, levando-o, em seguida, à homologação pelo Tribunal ou pela Turma."

Art. 48. O art. 118 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 118.

Poderá o Juiz Relator determinar que a Secretaria do Tribunal ou da Turma junte aos autos as cópias de documentos e atos de que dispuser, deles dando vista às partes."

Art. 49. O art. 119 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 119.

Nos processos de competência recursal, a restauração far-se-á na instância de origem, quanto aos atos que nesta se tenham realizado, sendo, em seguida, remetido o processo ao Tribunal e à respectiva Turma, se for o caso, onde se completará a restauração e se procederá ao julgamento."

Art. 50. O § 1º do art. 125 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 1º O Juiz que se julgar suspeito ou impedido, como relator ou revisor, declarará nos autos, por escrito, a suspeição ou o impedimento, e devolverá o processo ao Juiz Presidente do Tribunal ou da Turma para redistribuição ou conclusão ao substituto legal. Caso seja outro que não o relator ou revisor, averbará a sua suspeição ou declarará o seu impedimento quando da sessão de julgamento, o que será registrado em ata."

Art. 51. O art. 126 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 126.

Argüida a suspeição ou o impedimento por qualquer das partes, o Juiz, ao despachar a petição, se os reconhecer, devolverá o processo à Presidência do Tribunal ou da Turma para que seja redistribuído ou concluso ao seu substituto legal. Em caso contrário, dentro de 10 (dez) dias, dará suas razões, acompanhadas de documentos ou rol de testemunhas, se houver, devolvendo os autos à Presidência do Tribunal ou da Turma, para autuação e distribuição do incidente."

Art. 52. O caput do art. 127 e seu § 2º passam a ter a seguinte redação:

"Art. 127.

Distribuído o processo, o Juiz relator procederá à instrução como for necessário e em seguida remeterá os autos à Procuradoria Regional do Trabalho.

(...)

§ 2º Decidindo o Tribunal ou a Turma pela procedência da argüição, ficará impedido de votar o Juiz recusado. Sendo a decisão pela improcedência, restituir-se-á àquele o relatório ou a revisão."

Art. 53. O caput do art. 137 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 137

Recebida a petição e sendo o caso de correição, o Corregedor mandará ouvir o Juiz, no prazo de 08 (oito) dias, salvo se as informações já tiverem sido prestadas, na forma do art. 136, § 1º."

Art. 54. O Capítulo I do Título IV passa a vigorar com a designação "DOS RECURSOS PARA AS TURMAS E PARA O TRIBUNAL PLENO", modificando o caput e o § 2º do art. 155, que passam a vigorar com a seguinte redação

"Art. 155.

Cabe Agravo Regimental, para o Tribunal Pleno ou para as Turmas, conforme a competência, no prazo de oito dias, a contar da ciência ou intimação:

(...)

§ 2º Nas hipóteses dos incisos III, IV e V, o agravo será processado nos próprios autos a que se refira, e o relator, observado o prazo do art. 40, poderá reformá-lo ou mantê-lo, caso em que submeterá a decisão ao Tribunal Pleno ou à Turma."

Art.55. Ao artigo 159 é acrescido o parágrafo único, modificando-se o caput, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 159.

Cabe recurso ordinário das decisões definitivas do Tribunal em processos de sua competência originária, e das Turmas em idêntica hipótese, no prazo de 08 (oito) dias.

Parágrafo único. Tempestivo o recurso e feito o devido preparo, o Presidente do Tribunal mandará notificar o recorrido para contra-arrazoar, querendo, no prazo de 08 (oito) dias, após o qual os autos serão remetidos ao Tribunal Superior do Trabalho."

Art. 56. O art. 160 passa a ter a seguinte redação

"Art. 160.

Caberá Agravo de Instrumento, no Tribunal, dos despachos do seu Presidente que denegarem seguimento a recurso."

Art. 57. O caput do art. 162 passa a ter a seguinte redação

"Art. 162.

Conclusos os autos, poderá o Juiz Presidente do Regional reconsiderar o despacho agravado; caso contrário, determinará o processamento do feito."

Art. 58. O art. 189 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 189.

No preenchimento dos cargos em comissão e das funções comissionadas do Tribunal, observar-se-ão as disposições da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006."

Art. 59. O caput do art. 206 e parágrafo único passam a ter a seguinte redação:

"Art. 206.

Com a posse ou investidura definitiva do Presidente do Tribunal, aqueles que exercem

funções comissionadas ou cargos em comissão serão considerados demissionários, permanecendo, porém, no exercício das mesmas atribuições até ulterior deliberação.

Parágrafo Único: Tratando-se de servidores que exercem cargos em comissão e funções comissionadas de livre indicação dos Juízes do Tribunal e dos Juízes titulares das Varas do Trabalho, serão considerados demissionários na hipótese de mudança de titularidade do Gabinete ou da Vara."

Art. 60. Esta Emenda Regimental entrará em vigor 60 (sessenta) dias após sua publicação.

Obs.: Suas Excelências os Senhores Juízes Edvaldo de Andrade, Francisco de Assis Carvalho e Silva e Paulo Américo Maia de Vasconcelos Filho, modificaram os seus votos proferidos na Sessão Administrativa de Julgamento realizada em 06/03/2007. Convocados Suas Excelências os Senhores Juízes Francisco de Assis Carvalho e Silva e Paulo Américo Maia de Vasconcelos Filho, nos termos do Artigo 28 do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 09 de outubro de 2007.

ANA CLARA DE JESUS MAROJA NÓBREGA

Juíza Presidente

JOAQUIM ANTONIO DOUETTS PEREIRA

Subsecretário do Tribunal Pleno

*REPUBLICADA POR INCORREÇÃO